A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

RELATÓRIO DE GESTÃO
ANÁLISE DO BALANÇO E DAS CONTAS
Ano de 2016

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório complementa o Relatório de Actividades de 2016, tratando especialmente da análise, ainda que breve, das principais rubricas das Demonstrações Financeiras da Agência relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Neste oitavo ano de actividade da Agência ocorreu uma alteração significativa na composição dos Rendimentos provenientes de taxas de Acreditação a reconhecer, que resulta, maioritariamente de uma redução acentuada do número de acreditações de novos ciclos de estudos (NCE). Por outro lado, o aumento dos rendimentos provenientes de taxas de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento (ACEF) implicou uma subida em algumas rubricas de Gastos, tendo como consequência a degradação do resultado líquido do exercício, que se verificou negativo. Este, porém, não afecta significativamente a manutenção do equilíbrio financeiro na gestão operacional da Agência e deve ser interpretado no contexto do encerramento do ciclo de acreditações 2010-2016.

Como mais à frente se desenvolverá, a redução do resultado líquido fica a dever-se sobretudo aos quatro seguintes factores: 1) Uma diminuição do número de taxas NCE's reconhecidas como rendimento (-36%), sendo que a margem bruta neste tipo de acreditação ronda os 75% da taxa cobrada; 2) O aumento do número de visitas ACEF, acompanhado pela diminuição no número médio de ciclos de estudos avaliados em cada deslocação às IES, diminuiu a rentabilidade bruta deste tipo de acreditação para 36% da taxa cobrada; 3) Uma queda contínua nas taxas de juro para depósitos a prazo, transversal a toda a banca, que reduziu amplamente os resultados financeiros (-55%); 4) Aumento dos recursos afectos à investigação, no âmbito da natural avaliação crítica dos resultados do ciclo de acreditações 2010-2016 que agora se encerra.

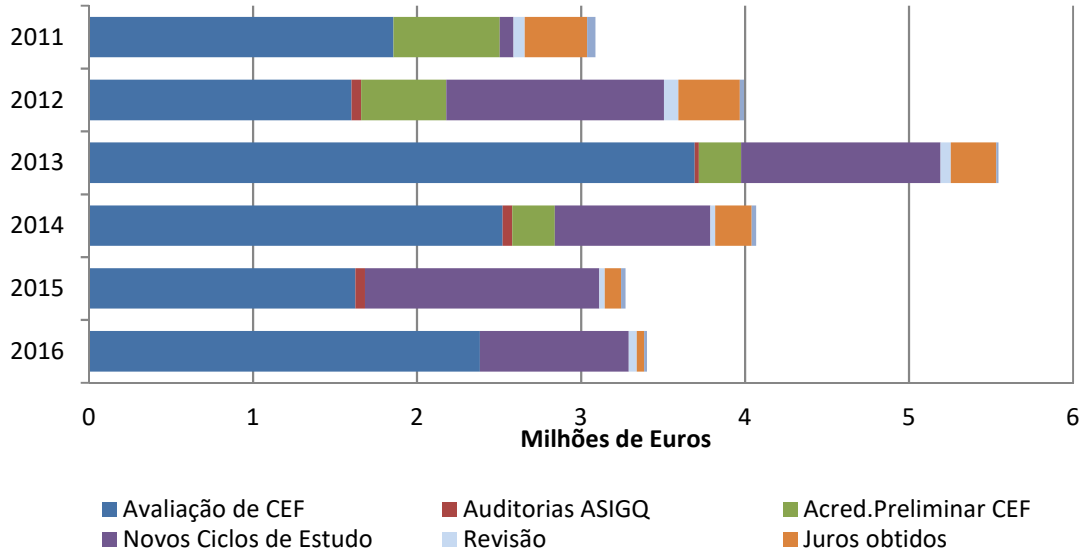
Tal como já se referiu em relatórios dos anos anteriores e conforme previsto no diploma legal que criou a Agência, bem como nos seus Estatutos, a A3ES deixou de contar para

o seu financiamento, a partir de 2011, inclusive, com quaisquer dotações provindas do Orçamento de Estado, passando o seu financiamento a depender apenas das suas receitas próprias, sendo estas resultantes do produto das taxas que está autorizada a cobrar a título dos procedimentos de avaliação e acreditação que, nos termos da lei, tem a seu cargo.

2. PRINCIPAIS FLUXOS DE PROVEITOS

Durante o ano de 2016, tiveram substancial relevância nos rendimentos reconhecidos pela Agência, o produto das taxas de avaliação dos ciclos de estudos em funcionamento, que representaram cerca de dois terços (67% contra 50% em 2015) dos rendimentos totais (ver Gráfico 1). A acreditação prévia de novos ciclos de estudos, apresentou uma quebra em virtude da diminuição do nº de pedidos de acreditação, representando agora apenas 26% dos rendimentos totais da Agência (contra 44% em 2015). À semelhança do exercício anterior, em 2016 já não existiu o reconhecimento de rendimentos relativos à acreditação preliminar de ciclos de estudo em funcionamento, ocorrida em 2010, mas cujo proveito se decidiu diferir e reconhecer proporcionalmente até ao exercício de 2014. O produto dos juros das aplicações financeiras perdeu relevância no total dos rendimentos reconhecidos, em virtude da queda continuada das taxas de juro. Estes rendimentos representam agora apenas 1% do valor total de rendimentos reconhecidos (contra 3% em 2015).

GRÁFICO 1 – RENDIMENTOS RECONHECIDOS

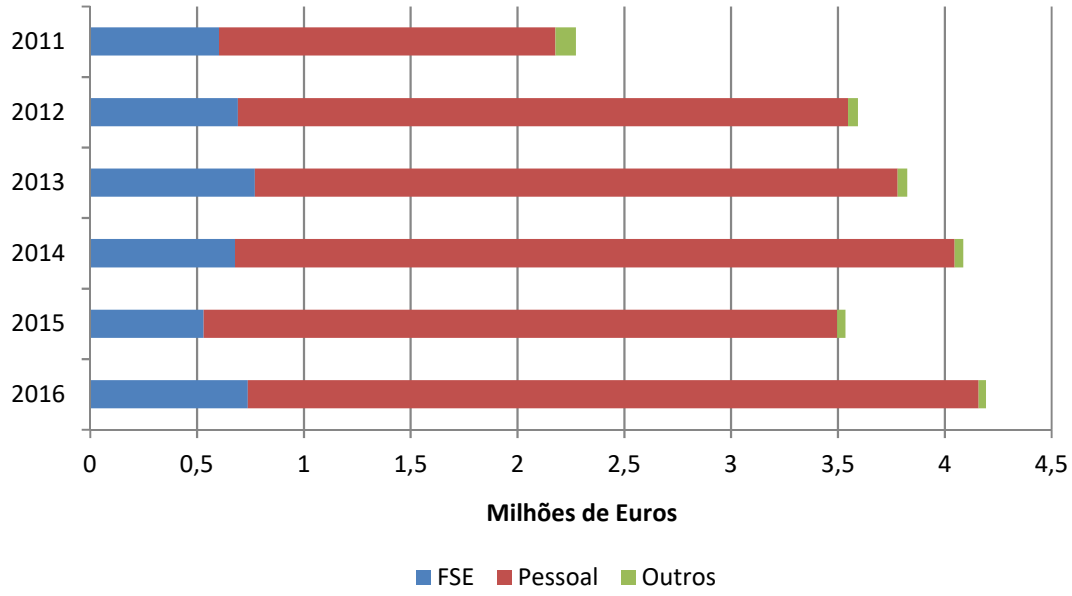


3. PRINCIPAIS RUBRICAS DE GASTOS

À semelhança do exercício anterior, também em 2016 as principais rubricas dos gastos foram os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com o Pessoal. Em FSE's assumem particular relevo os Gastos com Deslocações e Estadas, resultantes das necessidades de alojamento e transporte dos membros das Comissões de Avaliação Externa (CAE), consequência das visitas às Instituições de Ensino Superior (IES) no

âmbito da avaliação dos seus ciclos de estudos em funcionamento. Em virtude do maior número de visitas (+48%), desta natureza, efectuadas durante o ano de 2016, estes gastos foram também superiores em cerca de 90.800 euros (mais 31% que em 2015).
Nos Gastos com o Pessoal, deve ser feita uma distinção entre os gastos fixos da estrutura de pessoal da Agência (48%) e os gastos variáveis que dizem respeito à remuneração do trabalho prestado pelos peritos externos que integram as CAE (52%), gastos esses que variam em função do número de processos tratados e das visitas realizadas durante o exercício. Em virtude do aumento no número de visitas efectuadas em 2016, já mencionado, as remunerações processadas a pagar a membros das CAE's ACEF foram superiores em cerca de 594.800 euros. Este aumento foi atenuado pela diminuição de 121.400 euros nas remunerações a liquidar a membros das CAE's envolvidos na acreditação NCE, por via do menor número de acreditações em 2016. A composição dos Gastos Totais pode ser observada no gráfico seguinte.

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DOS GASTOS RECONHECIDOS



4. ANÁLISE DO BALANÇO

4.1- ACTIVO NÃO CORRENTE

À semelhança do que já havia acontecido em 2015, os activos fixos tangíveis, em 2016, apresentam uma variação negativa equivalente ao valor das depreciações do exercício, dada a quase inexistência de aquisição de novos equipamentos.
Já os activos intangíveis, que se referem aos investimentos feitos no sítio da Agência na Internet, na plataforma electrónica e demais *software*, constituindo estes os instrumentos fundamentais do modo de operação da Agência, mantêm o ligeiro decrescimento já verificado no exercício passado. Verifica-se nesta rubrica uma diminuição contínua do seu valor líquido por via da depreciação dos referidos bens.

Como já havia sido explicado anteriormente, esta ausência de investimentos mais avultados na infra-estrutura informática fica a dever-se à utilização de *free software*.

4.2- ACTIVO CORRENTE

Nesta rubrica é mantido o critério, já utilizado nos anos anteriores, de contabilizar em "Clientes" as taxas de acreditação cuja data limite para pagamento fora já ultrapassada, mas que ainda não tinham sido liquidadas pelas instituições. Face à inexistência de um novo ciclo de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento (ACEF) esta rúbrica apresenta um valor menor em 2016, quando comparado com 2015, já que estavam apenas pendentes de liquidação cerca de 42 taxas de acreditação PERA/1617 à data de 31 de dezembro de 2016.

Por sua vez, o valor da conta "Estado e outros entes públicos" refere-se à retenção indevida de IRC sobre juros bancários, que se espera vir a recuperar em 2016, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores.

A rubrica "Diferimentos" respeita a rendas, seguros e outras despesas cujo fluxo financeiro de pagamento ocorreu em 2016, mas cujo reconhecimento do Gasto deverá apenas ser reconhecido em 2017.
Dos meios líquidos reportados em "Caixa e depósitos bancários" num montante global de 7.799.406,25 euros, cerca de 97% estão depositados a prazo em instituições bancárias portuguesas, ascendendo o montante desses depósitos a 7.601.026,56 euros à data de encerramento das contas.

4.3- CAPITAL PRÓPRIO

Conforme foi já referido em relatórios de anos anteriores, o valor presentemente contabilizado, de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística, em capital realizado, de 3.100.000 euros, corresponde à soma do valor da dotação inicial do Estado, contabilizada inicialmente a título de Fundo Patrimonial, de 1.000.000 de euros, acrescido do remanescente da verba recebida, também do Estado, a título de subsídio de instalação, no montante de 2.100.000 euros. Essa verba sobrante daquele subsídio, fica a dever-se, designadamente, à opção tomada de não aquisição, em propriedade, do local de instalação da Agência e foi assim contabilizado depois de obtido parecer favorável do Conselho Fiscal.
No que se refere à variação do Capital Próprio, em relação ao ano anterior, releva naturalmente a incorporação, em Resultados Transitados, do resultado alcançado no ano transacto, descontado do valor apurado em 2016 como resultado líquido do exercício, no montante de -653.162,43 euros.
O valor registado em "Outras variações no capital próprio", resulta da adopção do Novo Sistema de Normalização Contabilística, que aponta no sentido da transferência para esta rubrica de proveitos diferidos, anteriormente reconhecida no passivo, relacionada com o subsídio recebido do Estado e utilizado em "Despesas de investigação e

desenvolvimento" e "Equipamento administrativo", até os mesmos estarem totalmente depreciados.

4.4- PASSIVO CORRENTE

Os valores que constam do Passivo Corrente dizem exclusivamente respeito aos saldos que decorrem da actividade normal da Agência, como por exemplo, o pagamento de despesas correntes, a crédito, aos seus fornecedores. Refira-se ainda que em 2016, o prazo médio de pagamento a fornecedores foi de vinte e sete dias. O valor inscrito como crédito de "Estado e outros Entes Públicos", diz respeito às retenções na fonte de IRS, efectuadas até 31 de dezembro de 2016, sobre o valor pago a título de senhas de presença aos membros das comissões de avaliação externa e de salários pagos aos colaboradores, bem como as contribuições para regimes de protecção social (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) que foram regularmente entregues ao Estado em janeiro de 2016. Já o valor residual relativo a "Financiamentos obtidos", diz respeito ao capital por liquidar do contrato de *leasing* da viatura afecta ao Conselho de Administração, contrato que atingiu a sua caducidade em abril de 2017.

Por sua vez, o montante inscrito na rubrica "Outras contas a pagar" inclui designadamente a estimativa de encargos para férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar em 2017, mas respeitantes a direitos adquiridos em 2016, no valor de 198.274 euros, bem como o valor apurado das senhas de presença dos membros das CAE, a liquidar em 2017, mas referentes a processos de acreditação cujo trabalho do membro tenha sido concluído até ao final do exercício de 2016, que ascendem ao valor de 489.200 euros. A regularização dos recebimentos de taxas com desfasamento entre a data contabilística e a data-valor do movimento, diminuíram, como era desejável, o saldo da conta "Clientes a debitar" que agora apresenta valor residual de apenas 1.500 euros.

O desenvolvimento do montante registado em "Diferimentos", de 1.728.000 euros, pode ser observado no quadro seguinte (Quadro 1). Este valor é composto pelas taxas recebidas em 2016 ou anos anteriores, mas cujos procedimentos de avaliação e acreditação apenas terão lugar em 2017, sendo assim também nesse exercício que esses processos gerarão os correspondentes gastos para a Agência.

QUADRO 1 - RECONHECIMENTOS E DIFERIMENTOS DE RENDIMENTOS EM 2016

Processo	ciclo	proveniente de 2015	origem em 2016	a diferir para 2017	Reconhecido em 2016
Novos Ciclos de Estudos	NCE/14	24.000,00 €			24.000,00 €
	NCE/15	904.000,00 €	(20.000,00) €		884.000,00 €
	NCE/16		752.000,00 €	752.000,00 €	
Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento	ACEF/1314	8.000,00 €		4.000,00 €	4.000,00 €
	ACEF/1415	1.288.000,00 €		92.000,00 €	1.196.000,00 €
	ACEF/1516	1.844.000,00 €	12.000,00 €	672.000,00 €	1.184.000,00 €
Renovação de Acreditação	PERA/1516	124.000,00 €	(2.000,00) €	124.000,00 €	122.000,00 €
	PERA/1617		208.000,00 €	208.000,00 €	
Outros	ASIGQ				
	REVISÃO		48.000,00 €		48.000,00 €
	REEMBOLSOS		15.520,00 €		15.520,00 €
	Total	**4.192.000,00 €**	**1.013.520,00 €**	**1.728.000,00 €**	**3.477.520,00 €**

4.5- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

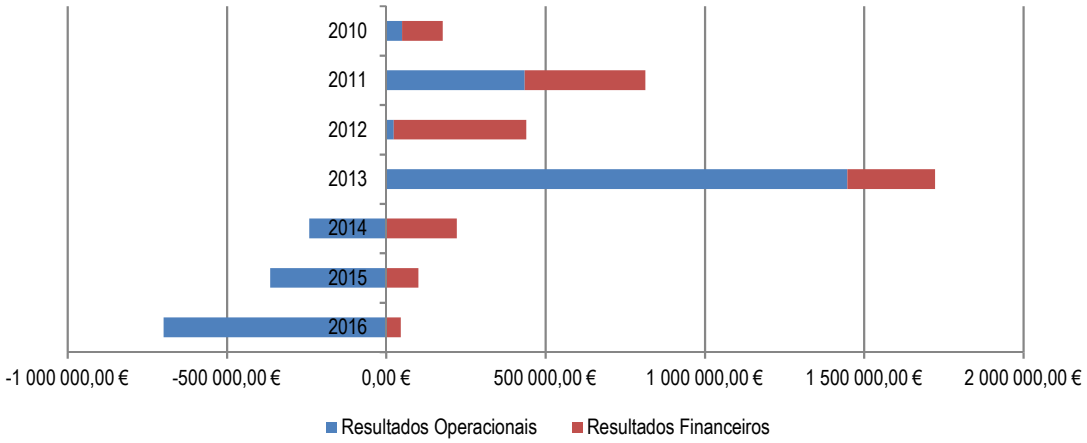
A terminar, no que respeita à análise do balanço, refira-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de -653.162,43 euros, cuja origem quantitativa se exporá no capítulo seguinte, apresenta uma variação relativamente ao exercício anterior que deriva essencialmente de quatro factores distintos:

a) Apesar de um aumento nas receitas, no montante de 331.518,08 euros, o volume das taxas reconhecidas como rendimento, no exercício de 2016, passou a ser maioritariamente composto por avaliações de ciclos de estudos em funcionamento (ACEF) com um decréscimo acentuado dos processos de novos ciclos de estudos (NCE). O maior gasto envolvido em visitas ACEF, quando comparado com processos NCE, implicou um aumento com remunerações a pagar a CAE's no valor de 473.400,00.
b) O aumento de 206.537,08 euros em Fornecimentos e Serviços Externos é justificado com o maior número de visitas ACEF que implicaram um maior gasto com despesas de alojamento, transporte e refeições dos membros das comissões, que ascende a 86.767,34 euros.
c) Contribui também para o crescimento dos FSE's, o aumento dos gastos com protocolos assinados com centros de investigação e Instituições de Ensino Superior, no âmbito da conclusão parcial dos estudos sobre padrões de mobilidade dos estudantes do ensino superior e visão tripartida dos resultados de aprendizagem. Pelo que esta rúbrica aumentou, com relação ao exercício anterior, no montante de 74.087,20 euros.
d) Os restantes aumentos em FSE's ascenderam a 45.682,54 euros e respeitam em larga medida, a honorários e meios utilizados nas publicações científicas da A3ES.
e) A queda continuada nas taxas de remuneração de depósitos a prazo, oferecidas pelas instituições bancárias portuguesas, que fez cair para menos de metade, no período de um ano, a receita obtida em proveitos financeiros. Esta conjuntura teve como efeito, a degradação do resultado líquido em 55.115,97 euros.

f) Influenciam também o resultado líquido, ainda que de forma residual, mas de forma positiva, a diminuição de gastos com o pessoal em 13.702,58 euros e outras reduções de gastos no montante de 206,75 euros.

Como foi notado, para esse resultado contribuem os rendimentos financeiros, no montante de 45.625,85 euros. Os resultados financeiros reflectem a tendência de baixa nas taxas de depósitos a prazo oferecidos no sistema bancário nacional. À semelhança do que se verificara já em 2014 e 2015, esta tendência negativa das taxas foi especialmente penalizadora também em 2016. Especialmente para as aplicações financeiras sem risco (vulgo depósitos a prazo), as únicas a que a A3ES se permite recorrer. Esta diminuição pode ser observada pelas taxas médias de rentabilidade apresentadas no quadro da página seguinte (Quadro 2).
A evolução dos dois principais componentes do RLE, os resultados operacionais e os resultados financeiros, pode ser observada no gráfico em baixo apresentado.

GRÁFICO 3 – COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO



5. ANÁLISE DA CONTA DE RESULTADOS

5.1- RENDIMENTOS (ANTES DENOMINADOS PROVEITOS)

O valor total dos Rendimentos subdivide-se entre as taxas cobradas, reconhecimento de subsídio para investimento, reembolsos por comparticipação de gastos e rendimentos financeiros, nomeadamente juros. Os rendimentos provenientes da cobrança de taxas no valor de 3.462.000 euros (Quadro 1) provêm das taxas de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, no valor de 908.000 euros; das taxas de avaliação de ciclos de estudo em funcionamento, que ascendem a 2.384.000 euros; das taxas dos procedimentos

especiais de renovação das acreditações (PERA) no valor de 122.000,00 euros; e das taxas relativas aos procedimentos de recurso para o Conselho de Revisão, no valor de 48.000 euros. A somar a este montante, existe ainda um reconhecimento de rendimentos por conta de reembolso de despesas, no valor de 15.520 euros relativo à colaboração da Agência com o GAES de Macau, no desenvolvimento das suas "*Guidelines on Program Review*".

Ainda no capítulo dos rendimentos, há a referir na conta de "Outros rendimentos e ganhos" a quantia de 17.848,92 euros que se desdobra em correcções do exercício anterior no montante de 3.883,12 euros, somadas do reconhecimento da parte equivalente de subsídio ao investimento, no valor de 1.782,38 euros; montantes recebidos do projecto Erasmus+ (EIQAS) em que a Agência está envolvida, no montante de 12.183,14 euros; bem como outras regularizações residuais no montante de 0,28 euros.

Os rendimentos financeiros são os juros das aplicações a prazo que se encontravam constituídas durante o ano de 2016 e que foram reconhecidos como proveito respeitando o princípio da especialização dos exercícios. Consideraram-se assim 45.625,85 euros, como rendimentos financeiros deste exercício. Considerando que a Agência faz aplicações regulares no tempo e que os montantes que estavam investidos no final do exercício foram sensivelmente os mesmos durante o ano, pode verificar-se que a rentabilidade média das aplicações desceu de forma significativa, de 1,04% para 0,60%, quando comparado este exercício de 2016 com o anterior, como se pode observar no quadro seguinte (Quadro 2). Levando em consideração que a taxa média oferecida na banca para novas aplicações, no momento em que se elabora este relatório, ronda os 0,15%, é expectável que esta rentabilidade continue a diminuir no próximo exercício.

QUADRO 2 – RENTABILIDADE MÉDIA DOS MEIOS LÍQUIDOS

	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Montante Aplicado	7.601.026,56 €	9.700.000,00 €	10.076.965,82 €	8.816.000,00 €	9.431.000,00 €	7.081.000,00 €
Resultados Financeiros	45.625,85 €	100.741,82 €	222.019,10 €	275.628,27 €	416.404,57 €	379.651,00 €
Rentabilidade Média	0,60%	1,04%	2,20%	3,13%	4,42%	5,36%

5.2- GASTOS (ANTES DENOMINADOS CUSTOS)

Como foi já apresentado, os valores reconhecidos como Gastos durante o exercício de 2016, foram sem surpresa, maioritariamente relativos a FSE's e Gastos com o Pessoal, nos últimos dos quais se incluem as retribuições aos membros das Comissões de Avaliação Externa. Estas apresentam, no ano de 2016, um aumento significativo, maioritariamente motivado pelo aumento do número de visitas efectuadas a Instituições de Ensino Superior (mais 84 visitas) mas também pela ligeira diminuição do

número médio de ciclos de estudos em cada visita. Estes gastos ascenderam assim, em 2016, a 1.740.800 euros. Pela mesma razão, verificou-se um aumento nos gastos em FSE's, na rubrica de Deslocações e Estadas que agora ascendem a 387.993,90 euros. O montante de FSE's foi ainda afectado por outras variações positivas, já mencionadas, que totalizam 115.760,98 euros.
Ainda no que se refere às rubricas dos gastos, refira-se por fim, que as depreciações do activo imobilizado continuam a ser efectuadas pelas taxas máximas permitidas e atingem, no fecho do ano, o montante de 21.511,21 euros.

É tudo quanto de relevante há a referir neste relato que, como acima se disse, complementa o Relatório de Actividades de 2016, apresentado também neste momento.

Lisboa, 12 de Abril de 2017

O Conselho de Administração,

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Maria Teresa Duarte

José António Cabral

Armando Pires